

QUEM SÃO OS USUÁRIOS E TRAFICANTES DE DROGAS? REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ESTEREÓTIPOS DIFUNDIDOS NA MÍDIA IMPRESSA

*Yuri Sá Oliveira Sousa
Luiza Hughes Barreto
Agnes Cristine Mendes
Elza Maria Techio*

1. INTRODUÇÃO

A droga é um objeto social complexo, polissêmico, regulado por leis, instituições e normas sociais, apreendido por diferentes sistemas de saber e disciplinas científicas, e cujas repercussões envolvem aspectos fisiológicos, farmacológicos, psicológicos e socioculturais. Embora a maior parte da produção científica sobre o campo das drogas aborde prioritariamente dimensões biológicas, individuais e psicológicas do consumo, diferentes pesquisas têm destacado a necessidade de analisar os aspectos psicossociais que constroem as drogas e outros objetos desse campo na cultura (Ronzani, 2018; Silveira, Soares, Noto, & Ronzani, 2013; Sousa, Santos, & Acioli Neto, 2019). Conforme salientam Silveira et al. (2013), muito se sabe sobre os efeitos das substâncias no organismo, mas há poucos estudos sobre a percepção da população acerca da droga, dos usuários e dos diferentes objetos típicos desse campo. Na tentativa de contribuir para esse debate, o presente capítulo discute a relação entre processos de construção social do campo das drogas e a emergência de estereótipos e representações sobre usuários e traficantes. Para tanto, o capítulo ilustra a discussão com a apresentação dos

resultados preliminares de uma pesquisa que analisou os conteúdos publicados em matérias de jornal sobre o tema.

Compreender a droga como um objeto social significa ir além do conceito de substância psicoativa, tradicionalmente entendida como toda aquela que, quando administrada no corpo humano, é capaz de alterar funções do Sistema Nervoso Central (Organização Mundial de Saúde, 2006). Mais do que isso, a droga é um objeto presente nas comunicações e práticas sociais cotidianas, sendo capaz de assumir diferentes significados e atributos em função do contexto sociocultural de inserção. Assim, “além dos efeitos ‘puros’ do fármaco, há um conjunto de efeitos culturalmente significativos” (Carneiro, 2018, p. 31). Não se trata de negar a materialidade dos efeitos das drogas no corpo e na sociedade, mas de atentar para as consequências sociais, políticas e discursivas que são geradas pelos significados hegemônicos construídos e compartilhados a respeito desses objetos (Fraser & Moore, 2011). Desse modo, compreende-se que não é possível analisar a inserção da droga em práticas sociais concretas (por exemplo, consumo, prevenção e tratamento), sem compreender como os grupos e a cultura constroem, percebem e dão sentido à realidade em questão.

Importa notar que os significados construídos sobre o fenômeno das drogas não são apenas simbólicos ou cognitivos, mas sociais por excelência, uma vez que são capazes de mediar relações interpessoais e intergrupais que decorrem da participação dos mais distintos atores sociais nesse campo, como usuários, seus familiares, profissionais de saúde, policiais, pessoas envolvidas com o tráfico de drogas, entre outros. Além disso, nota-se que os significados hegemônicos que constroem o chamado “problema das drogas” possuem estreita relação com as ações empreendidas para solucioná-lo, legitimando, frequentemente, estratégias discriminatórias de controle social dirigidas a grupos sociais estigmatizados (Ronzani, 2018).

No final do século XIX, nos Estados Unidos, o consumo de ópio era associado a imigrantes chineses e seus “fumódromos”, o que findava por intensificar o preconceito e legitimar práticas de discriminação contra esse grupo (Escohotado, 2008). No mesmo país, a chamada *marijuana* – a sonoridade latina do termo não é coincidência – foi associada aos imigrantes mexicanos no início do século XX (Fernandes, 2009). Mais tarde, na década de 1980, o uso e o tráfico de crack foram atribuídos à população negra de bairros periféricos, intensificando o quadro de segregação racial estadunidense, notadamente pelo encarceramento em massa de jovens negros (Hart, 2014). No Brasil, basta lembrar que a proibição da maconha foi precedida por campanhas explicitamente racistas, que

classificavam a planta como uma ameaça africana à raça brasileira (MacRae & Simões, 2004). Hoje, os estereótipos associados a traficantes de drogas também revelam uma lógica racista, contribuindo para o agravamento da seletividade punitiva, do encarceramento em massa e do extermínio da juventude negra (Borges, 2018; Karam, 2015; Vianna & Neves, 2011; Zaccone, 2011).

Presentes em toda a história da humanidade, as experiências de consumo de drogas são o resultado de uma complexa interação entre o organismo do indivíduo, as características da substância administrada e o contexto sociocultural em que elas ocorrem (Becker, 2008; Bergeron, 2012; Escohotado, 2008; Zinberg, 1986). Seus registros históricos mais remotos denotam uma relação com recursos naturais simples, como plantas, fungos e outros organismos (Carneiro, 2010), estando, principalmente, inseridas em práticas alimentares, medicinais e ritualísticas (Torcato, 2016). Mais recentemente, a partir da expansão mercantil que acompanhou a revolução industrial, o valor de troca dos psicoativos foi amplificado, tornando-se ainda mais intenso após a separação entre drogas lícitas e ilícitas (Carneiro, 2018). A partir do século XIX, outras mudanças contribuíram para definir os atuais contornos do campo das drogas, como distinção realizada pela medicina entre remédios e tóxicos, a invenção da seringa hipodérmica, o refinamento dos meios de extração de princípios ativos de plantas e o desenvolvimento de novas substâncias em laboratório (Bergeron, 2012). Mas o principal processo histórico que transformou o “problema das drogas” no que ele é hoje pode ser localizado no proibicionismo.

Segundo Rodrigues (2002, 2008), desde o final do século XIX havia nos Estados Unidos grupos religiosos que apelavam contra a “imoralidade” da sociedade e atacavam, principalmente, o uso de álcool, jogos de azar e a prostituição. A partir de então, houve no mundo uma adesão crescente ao apelo dos Estados Unidos no sentido de reprimir a produção e circulação de drogas entendidas como ameaçadoras ao indivíduo e à sociedade, resultando na lei seca estadunidense e nos primeiros tratados internacionais de controle de drogas (Carneiro, 2018; Rodrigues, 2008; Thornton, 2018). Em 1945, os tratados internacionais passaram a ter gestão direta da Organização das Nações Unidas (ONU), responsável pela promulgação da convenção única sobre drogas de 1961, considerada um marco no proibicionismo global. Junto com a convenção de 1961, as convenções de 1971 e 1988 serviram para definir os pilares contemporâneos das políticas proibicionistas: “Essas convenções proíbem o consumo, o fornecimento, a produção, o cultivo, a importação e a exportação de drogas específicas, exceto para finalidades médicas ou científicas” (Comissão Global de Políticas sobre Drogas, 2016, p. 12).

Além de estabelecer proibições, as convenções da ONU contribuíram para orientar modelos de ação pautados na guerra às drogas, entendida como uma estratégia de repressão com enfoque militar (Carvalho & Pellegrino, 2015). Deve-se enfatizar que a guerra às drogas encontra seu fundamento no combate a um inimigo, que não deve ser apenas contido, mas eliminado. A adoção dessa estratégia no Brasil não elege todo e qualquer consumidor, produtor e/ou comerciante de substâncias proibidas como inimigo. Os alvos preferenciais costumam ser:

[...] os pobres, os marginalizados, os negros, os desprovidos de poder, como os vendedores de drogas do varejo das favelas do Rio de Janeiro, demonizados como ‘traficantes’, ou aqueles que a eles se assemelham, pela cor da pele, pelas mesmas condições de pobreza e marginalização, pelo local de moradia que, conforme o paradigma bélico, não deve ser policiado como os demais locais de moradia, mas sim militarmente conquistado e ocupado. (Karam, 2015, p. 36–37)

O fundamento discursivo da proibição de determinadas drogas postula que a saúde pública é um bem jurídico que deve ser protegido pelo Estado, que deveria garantir o normal funcionamento dos organismos em uma sociedade (Zaccone, 2011). David e Christoffoli (2014) criticam esse argumento e afirmam que a saúde coletiva é um conceito impreciso e que pode ser utilizado em favor de uma autoridade estatal que antecipa as escolhas dos cidadãos a partir de critérios morais arbitrários. Sob o pretexto de combater um perigo abstrato de lesividade à saúde, o proibicionismo prescreve sanções mais graves do que aquelas definidas para crimes concretos de lesão corporal (David & Christoffoli, 2014). Além disso, não seria lógico proteger a saúde pública por meio de estratégias de guerra às drogas, uma vez que os danos à vida provocados pela adoção de um paradigma bélico são bem mais expressivos do que aqueles diretamente causados pelo consumo das substâncias em si (Karam, 2009).

Embora seja possível identificar experiências políticas alternativas ao proibicionismo e à guerra às drogas (cf. Carvalho & Pellegrino, 2015; Kiepper, 2015), é possível dizer que esse campo é hegemonicamente construído por normas proibicionistas e antidrogas, o que faz com que o consumo de psicoativos seja, há muito tempo, “[...] moralmente reprovado, medicinalmente apreendido e juridicamente sancionado” (Bergeron, 2012, p. 18). Mais do que um paradigma legal, o proibicionismo pode ser compreendido como um conjunto de valores políticos, morais e sociais fundamentados na compreensão de que o Estado deve reprimir a produção, o consumo e a circulação de determinadas drogas (Rodrigues, 2008). Ele se manifesta, fundamentalmente, por uma atitude antidrogas, de intolerância,

hostilidade e rejeição moral a determinadas substâncias e seus consumidores (Carneiro, 2018). O discurso antidrogas valoriza a abstinência do uso recreativo, constrói os consumidores e os comerciantes de drogas proscritas como figuras de alteridade e desvio, assim como instaura formas de controle social ancoradas na patologização e criminalização dos indivíduos rotulados como desviantes (cf. Sousa, 2017). Além disso, conforme discutem Bucher e Oliveira (1994), a droga assume a função de “bode expiatório”, sendo responsabilizada por diferentes problemas sociais, como violência, crime e loucura.

Feitas essas considerações, é possível depreender que os princípios normativos do campo das drogas produzem formas culturais de pensamento e ação, que, por sua vez, orientam as comunicações e práticas dos indivíduos em suas relações interpessoais e intergrupais. Além disso, ao definir padrões de normalidade e desvio, esses princípios normativos orientam decisões políticas e de controle social em campos como a saúde e o direito (Sousa, 2017). Assim, a natureza psicossocial do “mundo das drogas” convida-nos a analisar seus fenômenos, objetos e categorias identitárias a partir da articulação teórica entre dinâmicas simbólicas e interacionais (Santos & Aléssio, 2016). Nesse sentido, o arcabouço teórico da Psicologia Social é especialmente relevante, uma vez que permite perscrutar aspectos psicológicos, cognitivos e simbólicos que acompanham processos de exclusão típicos de uma sociedade desigualmente estratificada (Jodelet, 2013). Mais especificamente, a Teoria das Representações Sociais (TRS) (Moscovici, 2009, 2012) é aqui utilizada como uma abordagem heurísticamente útil para o estudo do conhecimento social que constrói o “mundo das drogas” e que, ao mesmo tempo, produz as categorias sociais dos usuários e dos traficantes na cena pública.

2. A DROGA, OS “USUÁRIOS” E OS “TRAFICANTES”: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL

Na psicologia, as representações sociais são entendidas como formas de pensamento elaboradas e partilhadas coletivamente que possuem a função de organizar e interpretar a vida cotidiana, orientar condutas e comunicações, bem como se apropriar de novos objetos sociais, tornando-os familiares (Moscovici, 2009). Por serem socialmente elaboradas e partilhadas, essas representações são influenciadas pelo modo como se organizam as relações de determinado contexto, o que implica considerar as pertencas sociais dos indivíduos e as dinâmicas intergrupais que daí decorrem. Em síntese, representações sociais constituem

“programas de percepção e de ação, sintomáticos da esfera sociocultural e regulados pelas posições sociais e pelos princípios que regem o funcionamento social” (Apostolidis, 2017, p. 159, tradução nossa).

Esse ponto deve ser salientado uma vez que a construção da realidade social não pode ser traduzida por uma relação binária entre um sujeito epistêmico (indivíduo, grupo, comunidade ou cultura) e um objeto, mas designa um processo que ocorre na interação com o outro. Como insiste Moscovici (2009), as relações com os outros precedem de modo prático e lógico as relações com os objetos do mundo, o que, em outras palavras, significa dizer que o modo como atribuímos sentido e estabilidade à realidade depende das nossas relações sociais. Assim, as representações sociais são marcadas tanto pela relação dos indivíduos com o objeto, como pela sua inscrição em dado contexto social, cultural e histórico (Apostolidis, 2017). Esse modo de compreender os processos de construção social da realidade exemplifica o que o autor chamou de olhar psicossocial (Moscovici, 1984), caracterizado como uma forma de analisar os fenômenos e processos psicossociais a partir de relações triádicas que se estabelecem entre sujeito, objeto e outro (ver Marková, 2006).

Ainda que a droga seja um objeto social polissêmico e polimorfo, determinados conteúdos simbólicos e representações são recorrentes no campo. Por exemplo, é possível destacar os sentidos de periculosidade social e sanitária associados ao uso e ao usuário de drogas, a apropriação simbólica do campo por saberes médico-psiquiátricos e a regulação sociopolítica dos seus fenômenos pelo proibicionismo e guerra às drogas (Bergeron, 2012; Carneiro, 2010; Escohotado, 2008; Rodrigues, 2008). Nesse contexto, o consumo e o tráfico de drogas constituem temas interdependentes e princípios estruturantes de discursos sociais a respeito do campo (Sousa, 2017). Eles podem ser considerados temas interdependentes na medida em que falar sobre o consumo de drogas em um contexto social proibicionista e antidrogas implica considerar os circuitos de produção, armazenamento, transporte e comercialização das substâncias tornadas ilícitas. Esses dois contextos temáticos guardam relação com a produção de duas categorias sociais típicas: os “usuários de drogas” e os “traficantes de drogas”. É importante observar que o produto dessa classificação e os significados associados a cada categoria repercutem na orientação e legitimação de práticas sociais relacionadas a diferentes técnicas de exame (e.g., diagnóstico e julgamento), tipos de desvio comportamental (e.g., dependência e crime) e modelos de intervenção (e.g., internação e prisão).

Do ponto de vista jurídico, a posse de drogas ilícitas para consumo pessoal culmina na tipificação de um indivíduo como usuário de drogas, que, de acordo

com a legislação brasileira, não é punido com prisão. Por sua vez, a sanção penal de privação de liberdade é reservada aos chamados traficantes, que são aqueles indivíduos tipificados pela conduta de tráfico de drogas ou comportamentos análogos (Brasil, 2006). Deve-se mencionar, entretanto, que as condutas de porte de substâncias ilícitas para consumo pessoal ainda são consideradas crime. A descriminalização do porte de drogas tem sido discutida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por meio do Recurso Extraordinário nº 635.659. Deve-se mencionar que, na ausência de critérios objetivos de classificação, tipificar alguém como usuário ou traficante resulta em uma tarefa bastante sensível ao poder discricionário dos operadores do direito. Além disso, para o indivíduo que porta drogas para o consumo pessoal, não é uma tarefa fácil provar que a substância apreendida não indica atividade comercial (Maronna, 2006). Esse modelo, pautado na separação de comportamentos e tipos criminais virtualmente distintos, apesar de ter sido adotado com o objetivo de despenalizar os consumidores de drogas, tem propiciado o aumento da população carcerária do Brasil (Borges, 2018; Campos & Alvarez, 2017).

De toda maneira, observa-se que a construção do desvio e a aplicação de normas antidrogas e proibicionistas para usuários e traficantes são processos mediados por relações de poder que se estabelecem em uma sociedade desigualmente estruturada: “[...] Distinções de idade, sexo, etnicidade e classe estão todas relacionadas a diferenças em poder, o que explica diferenças no grau em que grupos assim distinguidos podem fazer regras para outros” (Becker, 2008, p. 30). Na sociedade capitalista contemporânea, marcada por desigualdades raciais, de gênero e de classe, a droga funciona como um dispositivo que expõe determinados grupos aos danos do proibicionismo e da guerra às drogas, assim como da possibilidade de rotulação como usuário ou como traficante (Borges, 2018). Por conta disso, quando flagrados com drogas ilícitas, indivíduos negros e pobres têm mais chance de serem categorizados como traficantes e não como usuários (Zaccone, 2011), enquanto pessoas brancas e/ou de classes abastadas tendem a ser classificadas como usuárias no sistema penal (Ribeiro Júnior, 2016). Esse processo repercute, por exemplo, no perfil da população prisional do Brasil, que no último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN (Brasil, 2017) continha 726.712 pessoas, dentre as quais 64% eram negras.

Desde um ponto de vista sociossimbólico, o usuário e o traficante de drogas são categorias sociais que se relacionam com diferentes discursos e práticas sociais. Em uma pesquisa que analisou o tratamento midiático dado à relação entre crack e adolescência (Espíndula, Alves, Carvalho, Almeida, &

Cruz, 2015), foram identificados discursos ancorados na patologização e criminalização dos usuários e dos traficantes, respectivamente. Nesse estudo, o primeiro grupo foi relacionado à dependência química, ao sofrimento familiar e à necessidade de ações terapêuticas por parte do Estado. O segundo foi representado como inimigo público destinado à morte ou à prisão. Resultados similares também foram encontrados na pesquisa de Sousa, Santos e Apostolidis (no prelo), que analisou comunicações midiáticas sobre drogas, assim como em pesquisas sobre maconha em meios de comunicação de massa (Santos, Acioli Neto, & Sousa, 2012; Sousa, Santos, & Aléssio, 2018). Esses trabalhos indicam que o uso e o tráfico de drogas constituem eixos discursivos que organizam as comunicações midiáticas.

Ressalta-se que os termos “usuários” e “traficantes” remetem a categorias grupais cuja definição depende inteiramente de processos de categorização social, bem como dos significados que lhes são atribuídos nas comunicações cotidianas. Nessa direção, é preciso considerar simultaneamente os processos de categorização social e a formação de estereótipos. A categorização social é o processo a partir do qual diferentes indivíduos passam a ser classificados em função de um atributo comum, seja uma característica física, um marcador social, racial, de classe, entre outros (Pereira, 2013). Um dos efeitos da categorização social é a acentuação das similaridades percebidas entre os membros de uma categoria, assim como das diferenças percebidas entre aqueles que fazem parte de categorias distintas (Tajfel, 1982). Portanto, a categorização social permite que os indivíduos organizem o ambiente e seus objetos a partir de classes, generalizando características e atribuindo-as aos membros das diferentes categorias (Deschamps & Moliner, 2014). O produto dessa generalização se relaciona com a formação de estereótipos, entendidos como estruturas mentais basais que atuam na organização do conhecimento sobre o mundo e nas relações entre os grupos (Pereira, 2013). Dado que os estereótipos são crenças compartilhadas sobre as características, atributos e condutas dos membros de um grupo social (Mackie, Hamilton, Susskind, & Rosselli, 1996; Stangor, 2016), eles desempenham funções importantes nas representações que constroem a alteridade, pois possibilitam o estabelecimento da distância entre o outro e o próprio grupo de pertença (Jodelet, 1998, 2005). Ressalta-se que os estereótipos possuem uma dimensão avaliativa e, por isso, são comumente compreendidos como a base cognitiva do preconceito (Lima, 2013; Pérez-Nebra & Jesus, 2011), entendido como “uma atitude aversiva ou hostil em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque

ela pertence àquele grupo e, portanto, presume-se que tenha as qualidades condenáveis atribuídas a esse grupo” (Allport, 1979, p. 7, tradução nossa).

De modo específico ao uso de drogas, por exemplo, observa-se que representações e estereótipos negativos são associados ao usuário, notadamente por meio dos sentidos de crime, doença e/ou desvio moral (Mota, 2009). Essas representações constituem uma barreira para o acesso a serviços de atenção e cuidado à saúde por parte dessas pessoas (Silveira et al., 2013). Além disso, os estudos que analisam a dimensão simbólica do tráfico de drogas têm evidenciado que as imagens associadas aos traficantes são marcadas por pertencas raciais – indivíduos negros e pardos – e de classe – pobres e moradores de periferias e favelas (Oliveira, Gianordoli-Nascimento, Santos, & Freitas, 2015; Sousa, 2017; Sousa et al., no prelo; Vianna & Neves, 2011; Zaccone, 2011). Esse tipo de construção tende a reforçar a manutenção de mecanismos ideológicos que responsabilizam grupos minoritários pelo problema da violência e tráfico de drogas ao mesmo tempo em que exime consumidores brancos e ricos da crítica social (Oliveira et al., 2015). De modo análogo, não se pode perder de vista que certos grupos de usuários de drogas, como os consumidores de crack, são constantemente objetivados em populações minoritárias e/ou marginalizadas, de modo que estereótipos raciais e de classe são igualmente reforçados nos discursos sobre o tema (Acioli Neto & Santos, 2016).

Feita essa breve apresentação, depreende-se que as representações sociais que constroem as categorias grupais dos traficantes e usuários de drogas no senso comum comportam estereótipos e elementos afetivos que, por sua vez, indicam tendências avaliativas negativas diante das pessoas que são assim rotuladas. Diante disso, analisar como são representados os usuários e os traficantes de drogas na cena pública se faz relevante no sentido de contribuir para compreender como essas duas categorias são construídas por distintos significados, contextos temáticos e práticas sociais. O interesse recai tanto sobre os conteúdos de representação social que constroem os grupos mencionados, como sobre as funções que as representações desempenham nas relações e práticas sociais. Uma das maneiras de se analisar o modo como determinado objeto social é construído encontra lugar nos estudos sobre representações sociais em meios de comunicação de massa.

O interesse pela relação entre comunicação de massa e representações sociais surgiu na abordagem desde a publicação, em 1961, da obra seminal de Moscovici (2012). Naquele contexto, o autor buscava investigar como a psicanálise era apropriada por diferentes veículos da imprensa francesa e a sua análise

distinguiu três sistemas de comunicação: difusão, propagação e propaganda. De acordo com Camargo e Bousfield (2011), essa tipologia marcou uma concepção teórica classificada como orgânica, a qual compreende que os conteúdos midiáticos são o produto de uma relação circular entre emissor e destinatário. Adotar uma concepção teórica orgânica, circular e dialógica significa, então, considerar que as produções midiáticas expressam conteúdos, ideias e práticas que já fazem parte da realidade social, marcada pela participação de diferentes grupos sociais e relações de poder (Camargo & Bousfield, 2011). Assim, entende-se que as comunicações midiáticas produzem e são produzidas por interações comunicativas cotidianas, atuando na visibilização de fenômenos de interesse coletivo, assim como na manutenção e legitimação de comportamentos e normas sociais (Simoneau & Oliveira, 2014).

Os meios de comunicação de massa são veículos sustentados pela economia de mercado, geralmente organizados por grandes empresas, com o objetivo de difundir informações para um público extenso (Alexandre, 2001). Esses veículos suprem necessidades de informação, mas também de entretenimento e de educação, sendo capazes de alimentar conversas e controvérsias cotidianas, ao mesmo tempo em que podem influenciar a definição da agenda nos debates públicos, principalmente quando os eventos abordados são de cunho político e social (Clémence, Green, & Courvoisier, 2011; Fuks, 2000). Nesse sentido, os fatos sociais também são, em alguma medida, construções midiáticas (Verón, 1997). Considerando que a difusão da informação em meios de comunicação de massa nunca ocorre de maneira unilateral, em que a audiência assumiria uma posição de recepção passiva (Clémence et al., 2011), os sentidos produzidos por essas comunicações também dependem das representações e tomadas de posição dos espectadores. De todo modo, os veículos comunicativos de difusão participam ativamente da criação de um corpo de conhecimento social comum, ainda que o façam de acordo com a inferência das expectativas de um público heterogêneo e não estruturado (Doise, 2011).

No campo das drogas, a análise de representações sociais em meios de comunicação tem dado atenção especial à construção do crack na imprensa (por exemplo, Espíndula et al., 2015; Rodrigues, Conceição, & Iunes, 2015; Santos et al., 2012), mas também inclui outros temas e objetos, como a maconha (Sousa et al., 2018), o tráfico de drogas em matérias de revista (Oliveira et al., 2015) e o próprio fenômeno das drogas em matérias de jornal (Sousa et al., no prelo; Souza & Oliveira, 2009). É preciso notar que, quando tratam de fenômenos relacionados ao uso de drogas, os meios de comunicação de massa não abordam diferentes substâncias da mesma maneira. Estudos anteriores têm indicado, por

exemplo, que drogas lícitas tendem a ser inseridas em contextos temáticos da saúde (por exemplo, prevenção, tratamento, riscos e benefícios do consumo), ao passo que substâncias ilícitas são constantemente evocadas em discussões sobre violência e criminalidade (Noto et al., 2003; Ronzani et al., 2009; Sousa et al., no prelo; Souza & Oliveira, 2009). A própria categoria genérica “droga” está mais associada a matérias que tematizam as dinâmicas do tráfico de substâncias ilícitas do que a assuntos ligados ao consumo (Sousa, 2017).

A despeito da relevância dos trabalhos citados, a literatura psicossocial acerca do tema também apresenta lacunas no que se refere à construção e difusão de representações sobre usuários e traficantes em meios de comunicação de massa. Diante disso, para ilustrar a discussão apresentada, serão apresentados os resultados preliminares de uma pesquisa que buscou analisar as representações sociais que constroem as categorias grupais dos usuários e dos traficantes de drogas em matérias de jornal. De modo específico, buscou-se identificar e descrever os principais conteúdos simbólicos produzidos nessas comunicações, as especificidades temáticas associadas a cada uma das categorias analisadas e, por fim, investigar a relação entre os conteúdos analisados e a difusão de estereótipos.

3. MÉTODO

O estudo apresentado possui alcance exploratório-descritivo e pode ser descrito como uma pesquisa documental de corte transversal. O seu delineamento é qualitativo quanto à natureza dos dados e quali-quantitativo quanto aos procedimentos de tratamento e análise do material (cf. Bauer, Gaskell, & Allum, 2003).

3.1 Fontes

O material de análise reuniu 4.025 matérias publicadas em portais de notícias de amplo acesso no Brasil durante o ano de 2018. Todas essas matérias possuíam como tema central algum fenômeno relacionado às categorias dos usuários e traficantes de drogas. As comunicações jornalísticas analisadas apresentam as características dos veículos de difusão (cf. Moscovici, 2012), que são aqueles que participam da criação de uma agenda comunicativa ampla sobre objetos e acontecimentos salientes no espaço público, de acordo com a inferência das expectativas de um público heterogêneo e não estruturado (Doise, 2011). De modo geral, a análise de conteúdos difundidos nesses veículos midiáticos permite identificar os principais acontecimentos, temas, contextos simbólicos e formas de pensar que caracterizam a apropriação de determinado objeto social em dado contexto (Sousa, Acioli Neto, & Santos, 2019). No presente estudo, essa

estratégia metodológica foi adotada com a finalidade de explorar os conteúdos midiáticos que atuam na construção de estereótipos e representações sobre as categorias dos usuários e traficantes de drogas.

3.2 Procedimentos de coleta

As matérias foram coletadas em formato de texto a partir da busca refinada nos bancos de dados da plataforma Google Notícias (news.google.com), que reúne publicações de veículos noticiosos de alcance regional e nacional (por exemplo, Folha de S. Paulo, UOL, G1, Estadão, R7, O Globo). Com o propósito de constituir um *corpus* de análise homogêneo, a coleta de dados ocorreu em duas etapas. Primeiramente, foram identificadas todas as matérias publicadas durante o ano de 2018 que continham pelo menos um dos seguintes descritores no texto: usuário(a/os/as) de drogas e traficante(s). Os termos buscados permitiram acessar um conjunto de textos potencialmente relevantes aos propósitos da pesquisa. Em seguida, foi realizada uma leitura flutuante com o objetivo de excluir as matérias que não tematizavam diretamente algum fenômeno relacionado ao campo das drogas. Tal procedimento foi realizado com o intuito de minimizar a dispersão dos dados, reunindo apenas conteúdos relevantes ao estudo e homogêneos quanto ao tema central, conforme indicam os princípios de pertinência e homogeneidade descritos por Bardin (1977).

3.3 Procedimentos de análise

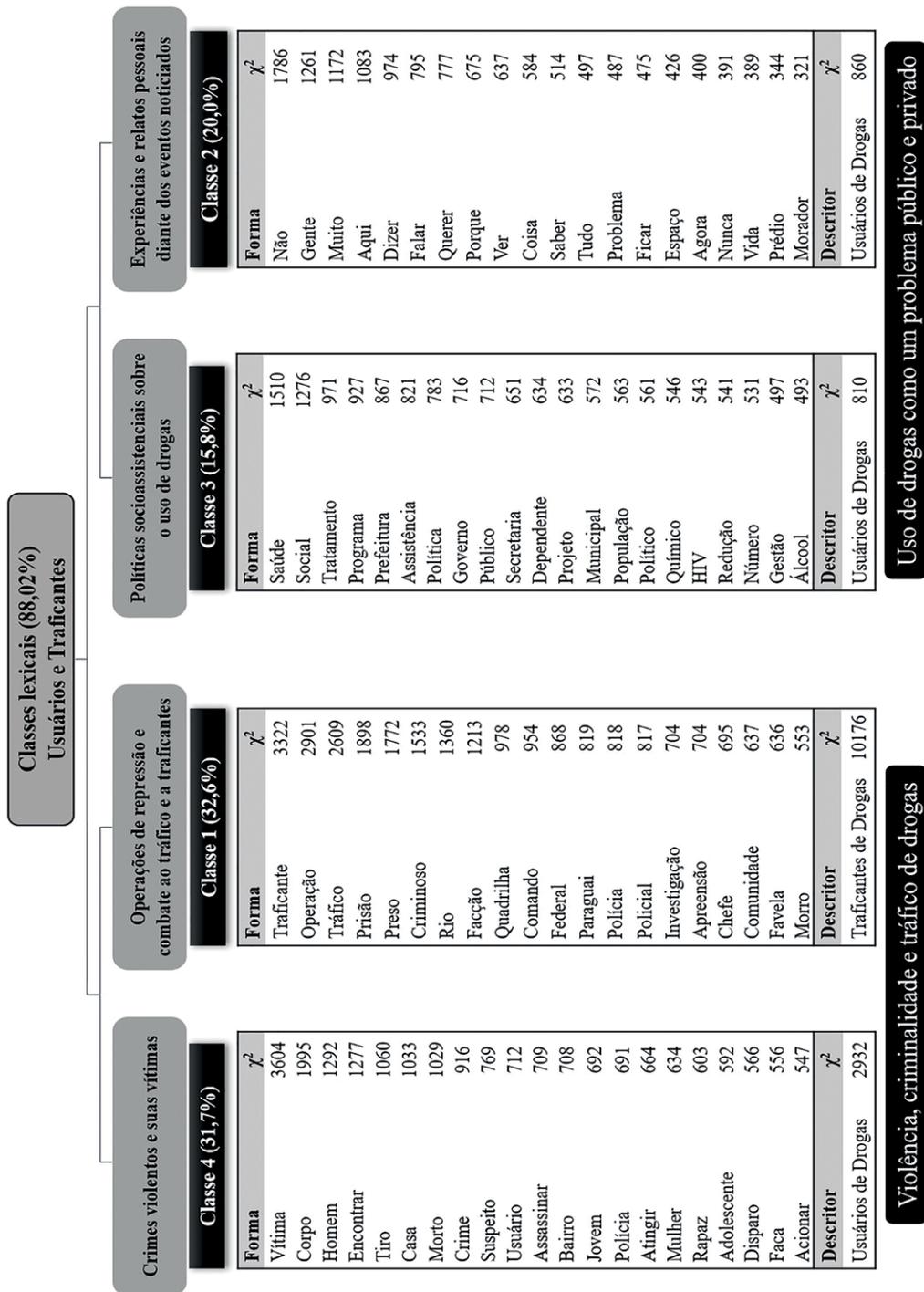
O *corpus* foi submetido a procedimentos de análise lexical (Camargo & Justo, 2013; Nascimento & Menandro, 2006), auxiliados pelo software Iramuteq, com base na Classificação Hierárquica Descendente (CHD). A CHD é uma técnica de tratamento automático de dados textuais que identifica conjuntos de segmentos de texto (enunciados) em função da coocorrência de palavras. Esse procedimento permite reconstituir classes lexicais que, por sua vez, indicam formas específicas de pensar sobre determinado objeto ou tópico de interesse (Nascimento & Menandro, 2006). Nesse procedimento é possível incluir variáveis categóricas, que funcionam como marcadores associados a cada texto, com o objetivo de verificar a relação entre essas e as classes lexicais resultantes. No presente estudo, o descritor utilizado para identificar cada matéria (i.e., usuário ou traficante) foi utilizado como variável de contexto. As relações entre as modalidades dessa variável e as classes lexicais foram mensuradas através de testes de qui-quadrado, indicando associações entre o contexto semântico do descritor e o conteúdo das classes lexicais.

Os conjuntos de segmentos de texto agrupados em classes lexicais, bem como as suas formas linguísticas características, constituem o material bruto para a realização de interpretações fundamentadas em análises temáticas de conteúdo (Bardin, 1977; D. C. Oliveira, Teixeira, Fischer, & Amaral, 2003). Assim, as classes lexicais constituíram categorias empíricas que, posteriormente, foram nomeadas com base na análise dos segmentos de texto característicos de cada classe. Esse procedimento permitiu explorar as principais dimensões temáticas das comunicações, assim como identificar particularidades no conteúdo de matérias sobre usuários e traficantes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO: QUEM SÃO OS USUÁRIOS E TRAFICANTES DAS MATÉRIAS DE JORNAL?

O tratamento realizado pelo Iramuteq permitiu classificar 33.496 segmentos de textos em quatro classes (88,02% do material). O resultado da CHD é resumidamente apresentado no dendrograma da Figura 1, que reúne as formas lexicais características de cada classe, seguidas pelo indicador de qui-quadrado. As associações significativas ($p < 0,001$) entre classes lexicais e o descritor utilizado são indicadas abaixo das palavras características. Deve-se mencionar que todas as palavras destacadas no texto obtiveram um valor de qui-quadrado superior a 10,82 ($p < 0,001$; gl: 1), indicando tendências significativas na distribuição da forma linguística na classe em questão.

Figura 1- Dendrograma de palavras características e classes resultantes da CHD.



Fonte: Elaborada pelos Organizadores.

Conforme observado na Figura 1, o resultado da CHD distribuiu os segmentos de texto em quatro classes que, por sua vez, estão organizadas em dois eixos lexicais. O primeiro eixo foi nomeado como “Violência, criminalidade e tráfico de drogas” e agrupou as Classes 1 e 4. O segundo reuniu as Classes 2 e 3, sendo nomeado como “Uso de drogas como um problema público e privado”. A divisão entre os dois eixos, como se verá a seguir, indica contrastes entre os vocabulários das classes: enquanto o primeiro possui um léxico mais próximo do campo da segurança pública, o segundo indica relações com o campo da saúde coletiva e assistência social. Com o objetivo de explorar os resultados da classificação, o conteúdo de cada classe será discutido a seguir.

4.1 Classe 1: Operações de repressão e combate ao tráfico e a traficantes

Com 10.916 segmentos de textos (32,59%), a Classe 1 agrupou enunciados que tematizam *operações policiais* de *repressão* ao *tráfico de drogas*, notadamente em *morros*, *comunidades* e *favelas*. Em relação às outras, essa foi a classe que apresentou a maior quantidade de segmentos de texto, assim como foi a única em que as matérias coletadas com o descritor “traficantes de drogas” estão sobrerrepresentadas. Dito de outro modo, o vocabulário que estrutura os discursos aqui encontrados é característico das matérias que tematizam o tráfico e os traficantes de drogas.

O vocabulário da classe reúne palavras associadas à atuação das *polícias civil*, *militar* e *federal* em *operações*, *investigações* e *confrontos*. Os eventos narrados resultam, principalmente, na *prisão* de *criminosos*, *bandidos*, *suspeitos*, *líderes*, *chefes* e *integrantes* de *organizações criminosas* e *facções* ligadas ao *tráfico de drogas* e *armas*, como o *PCC* e o *Comando Vermelho*. Os seguintes trechos ilustram os temas citados:

- 1) Robozinho e mais dois traficantes são mortos pela polícia em Saquarema. Apontado pela Polícia como um dos líderes da facção criminosa Comando Vermelho no estado do Rio e chefe do tráfico em várias comunidades de São Gonçalo. (O São Gonçalo)
- 2) Polícia Civil prende traficantes ligados ao PCC no Rio. Prisão em flagrante é resultado da Operação Fractions, que investiga criminosos do Rio ligados ao PCC, que da apoio logístico para tomar o comando do tráfico em comunidades do Rio. (O Dia)

- 3) Em interrogatório realizado na última quarta-feira (11), através do sistema de videoconferência, Rogério 157 negou ter sido chefe do tráfico na Rocinha. O traficante foi preso no dia 6 de dezembro durante uma operação na favela do Arará, zona norte do Rio.
- 4) Operação do Denarc prende traficantes, apreende armas de fogo, drogas e carro blindado. Grupo criminoso comandava o tráfico no Conjunto Marcos Freire, em Nossa Senhora do Socorro. (Portal Itnet)

O conteúdo dessa classe constrói a imagem dos traficantes de drogas de maneira seletiva ao privilegiar o comércio varejista controlado por organizações armadas que operam em territórios onde o Estado costuma ser ausente, exceto pela força policial (cf. Fleury, 2012). As narrativas são construídas com base na relação entre dois grupos bem definidos, os policiais e os traficantes, contribuindo para reforçar uma lógica de bem contra o mal que é típica do discurso antidrogas (Bucher & Oliveira, 1994). As prisões, apreensões e mesmo o extermínio de traficantes produzem um sentido de resolutividade diante dos anseios culturais que frequentemente exigem respostas rápidas e violentas diante do problema do tráfico de drogas. Embora os segmentos de texto da classe assumam uma forma descritiva, é importante notar que eles facilitam tomadas de posição avaliativas diante de objetos como a polícia, a estratégia política de redução da oferta, as facções envolvidas com o comércio de drogas, entre outros.

Conforme ressalta Carneiro (2018), o traficante ocupa a posição de bode expiatório em um contexto proibicionista. Trata-se de um inimigo por definição, a quem as penas formais podem ser mais rigorosas do que para aqueles que cometem homicídio. Diante desse inimigo público e ameaçador, ações violentas de enfrentamento parecem ser legitimadas em nome da vida, ainda que seja necessário lidar com a morte daqueles que estão no *front* da guerra – policiais e comerciantes (Karam, 2015). Além disso, sabe-se que os efeitos adversos dessas *operações* e dos *tiroteios* que as acompanham não se limitam a quem anda com armas em punho. São frequentes os casos de pessoas “confundidas” com criminosos que são executadas pela polícia nessas operações. O fato de existirem vieses raciais envolvidos com a decisão de atirar ou não em suspeitos negros (Lima, Araujo, & Poderoso, 2018), indica que os danos à vida produzidos pela guerra às drogas são desigualmente distribuídos para determinadas populações (Borges, 2018).

Na Classe 1, a associação entre o tráfico de drogas e o potencial de violência dos grupos que se ocupam do comércio varejista de substâncias ilícitas pode

ser observada nos enunciados que tematizam o *arsenal* dos traficantes, como a frequente menção a *munições, armas, pistolas, fuzis, metralhadoras e granadas* como produto das apreensões. O apelo ao poderio bélico dos traficantes produz um sentido de naturalização da violência como um elemento intrínseco à atividade de comercialização e distribuição de drogas ilícitas. Embora a relação entre tráfico e violência seja bastante documentada, há evidências de que a sua expressão depende das características do mercado (Daudelin & Ratton, 2017). Por exemplo, a violência é mais presente quando o mercado em questão é aberto e descoberto, onde os atores envolvidos nas transações não costumam manter relações de confiança e as transações ocorrem em espaços públicos e visíveis. Além disso, a presença ostensiva ou iminente da polícia nesses mercados e a sua forma de atuação também são características relacionadas ao aumento da violência, o que não costuma ocorrer nos mercados fechados e cobertos da classe média (Daudelin & Ratton, 2017).

Conforme evidenciado, as comunicações jornalísticas da classe 1 focalizam um tipo muito específico de tráfico e de pessoas rotuladas como traficantes. Ao privilegiar pessoas que fazem parte de grupos fortemente armados e organizações criminosas conhecidas pela sua atuação em territórios periféricos e marginalizados, essas matérias reforçam a construção de estereótipos de periculosidade social e criminalização da pobreza. Em outras palavras, não é todo e qualquer indivíduo que se envolve em atividades de comercialização e distribuição de drogas proscritas que ganha espaço nessas matérias. O tráfico empreendido por pessoas de camadas socioeconômicas privilegiadas escapa desses temas, não apenas por conta da seletividade punitiva, mas, muito possivelmente, também por conta de processos de categorização social que fazem com que “jovens”, “estudantes” e “empresários” de classe média não sejam rotulados como traficantes. Nos enunciados da Classe 1, a imagem do traficante é reduzida ou aproximada àquela descrita por Vianna e Neves (2011):

Cruéis, desumanos, capazes de infligir as piores torturas, pequenos demônios que promovem o vício, a morte; representantes do crime organizado, fortes o bastante para engendrar um estado paralelo e um estado de guerra civil. Em seus territórios, ou suas bases de apoio logístico, valem suas leis arbitrárias, e não as do Estado de Direito. Alguns ainda podem evocar um traço assistencialista na figura do traficante, que teria se apropriado das lacunas deixadas pelo Estado com o fim de alcançar legitimidade e apoio por parte da população local – uma espécie de Robin Hood urbano pós-moderno. O traficante é uma figura mítica, e se confunde com outras figuras que passam cotidianamente ao nosso lado pelas ruas, especialmente nas grandes metrópoles brasileiras. Nesse cenário, é também um inimigo – uma afronta ao Estado e aos seus cidadãos. E a partir do consenso de que o traficante é o inimigo começa a ser

delineada a resposta que eles merecem, inclusive por parte do Estado: a anulação, o extermínio, a neutralização, a tolerância zero, os choques de ordem. (p. 34)

4.2 Classe 4: Crimes violentos e suas vítimas

Constituída por 10.609 segmentos de textos (31,67%), a classe 4 tematizou a ocorrência de *crimes* violentos, sobretudo *assassinatos/homicídios*, incluindo *tentativas*, *agressões* e *espancamentos*. Depois da Classe 1, que faz parte do mesmo eixo lexical da Classe 4, esta é a mais volumosa. As duas juntas perfazem 64,26% de todo o material classificado, o que evidencia uma predominância nos dados de discursos policiais sobre o uso e o tráfico de drogas.

Nos enunciados dessa classe, os *usuários* de drogas assumem predominantemente a condição de *vítima*, ao passo que os *autores* do *crime* (e.g., *assassinos*, *suspeitos*, *agressores* etc.) não são, no momento da reportagem, *identificados*. Por conta disso, a *polícia* é constantemente convocada a *investigar* os *casos*, *averiguar informações* e *colher depoimentos* de *testemunhas* na tentativa de *elucidar* os *crimes*. As *vítimas* são descritas pelas suas características (e.g., *homem*, *mulher*, *jovem*, *adolescente*, *rapaz*) e os relatos são acompanhados de detalhes sobre as *circunstâncias* do ocorrido quanto ao *local* e, principalmente, sobre os eventos que resultaram na *morte* da *vítima* (e.g., *tiros* e *facadas*). Os trechos apresentados a seguir ilustram alguns dos temas mencionados:

- 5) Segundo a família, cerca de sete tiros atingiram Souza pelo corpo. Os suspeitos fugiram do local. A polícia informou que a vítima era usuário de drogas e passava por uma boca de fumo na hora do crime. (G1 Amazonas)
- 6) O autor do crime ainda não foi localizado. A vítima não tinha passagens pela polícia. Entretanto, familiares de Guilherme contaram aos agentes da GCM que ele era usuário de drogas. (Diário da Manhã)
- 7) Homem de 22 anos é morto a tiros dentro de casa no Grande Recife. De acordo com a polícia, vítima foi encontrada com pelo menos três disparos de arma de fogo em uma residência em Jardim Primavera, em Camaragibe. (G1 Pernambuco)

Conforme é possível depreender, o conteúdo da Classe 4 não tematiza aspectos do consumo de drogas, muito embora faça menções constantes à suposição ou constatação de que a vítima era usuária. Considerando que os “usuários de drogas” são socialmente construídos a partir de estereótipos negativos,

marcados por sentidos de falta de controle, adoecimento pela dependência química, desvio moral, degradação social e periculosidade criminal (Bergeon, 2012; Bucher & Oliveira, 1994; Melo & Maciel, 2016; Santos, Sousa, & Aléssio, 2018; Wurdig & Motta, 2014), categorizar uma pessoa como usuária de drogas produz, muito frequentemente, efeitos de estigmatização. Conforme explicam Silveira e colaboradores (2013), estigmatizar significa atribuir uma marca negativa a um indivíduo, que, por sua vez, passa a ser publicamente desmoralizado e percebido em função desse estigma.

Nessa direção, quando os relatos reunidos na Classe 4 sugerem que a vítima era usuária de drogas, mais do que informar sobre as suas características, essas matérias de jornal oferecem teorias implícitas sobre os eventos de violência narrados e reforçam a perda de *status* daquele que é chamado de usuário de drogas. Em primeiro lugar, naturaliza-se mais uma vez a associação entre drogas e violência, o que faz com que os indivíduos se familiarizem com esses fenômenos e construam uma representação do “mundo das drogas” como uma realidade previsível. No limite, essas comunicações atuam em favor da manutenção de uma crença no mundo justo, assumindo que as pessoas têm o que merecem e merecem o que têm (Lerner, 1980). Em outras palavras, as explicações sobre as causas da violência são simplificadas e justificadas pela relação com a droga: “morreu porque era usuário, afinal isso não acontece sem motivo”. Em segundo lugar, como consequência do primeiro desdobramento, esse tipo de comunicação atualiza dinâmicas identitárias que protegem as pessoas que não se identificam com o grupo dos “usuários de drogas” da exposição ao risco: “se não sou usuário, não tenho o que temer”. Nesse contexto, as representações permitem proteger a identidade pessoal e social dos indivíduos por meio da diferenciação diante de um outro que é hegemonicamente desvalorizado.

4.3 Classe 2: Experiências e relatos pessoais diante dos eventos noticiados

Inserida no segundo eixo lexical, denominado “uso de drogas como um problema público e privado”, a Classe 2 agrupou 6.687 segmentos de texto (19,96%) que tematizaram *histórias* e relatos pessoais sobre as *situações* noticiadas. Essas narrativas são *contadas* por atores sociais que, de alguma maneira *conhecem* ou *convivem* com o *problema* do uso de drogas ou com usuários, tais como os chamados “viciados”, membros da *família*, *moradores* e *comerciantes* da região onde os eventos se passam. Em vez de fazer referência a um tema central, os segmentos de texto da Classe 2 se aproximam pelo modo como os enunciados

são construídos, a saber, pelas características de um discurso oral e pessoal, conforme indicado pelos termos *eu, nós, meu, minha e a gente*.

Assim como as Classes 3 e 4, os resultados da Classe 2 indicam uma sobrerrepresentação de segmentos de texto provenientes de matérias coletadas pelo descritor “usuários de drogas”. Nesta classe, o consumo e os consumidores de drogas são inseridos nas experiências subjetivas e interpessoais que se desenvolvem na relação com o “vício” e com a *dependência* química. A apropriação discursiva da *história de vida* do outro – o *viciado* – ocorre pela tematização das práticas de consumo problemático. Nesses relatos, a abstinência é colocada como norma comportamental, o que é evidenciado pelos discursos daqueles que conseguiram *parar* com o uso de drogas e *vencer* o “vício”. Se a interrupção do consumo é considerada um resultado exitoso, a continuidade da carreira de uso é representada de acordo com a lógica hegemônica (cf. Bergeron, 2012), revelando uma trajetória típica de *degradação* ao longo do tempo que pode levar à morte. Os trechos a seguir permitem ilustrar alguns desses temas:

- 8) Às vezes que eu passava aqui, eu não olhava porque nunca queria ver meu reflexo, sabia que estava muito debilitada. Nunca imaginei estar lá dentro na situação que ocupo hoje. (G1 Acre)
- 9) “Eu não peguei HIV graças a eles. Vi muita gente morrer contaminada porque não sabe usar drogas com responsabilidade.” Ela se emociona quando perguntada sobre família. (BBC)
- 10) “Ele tinha conseguido um emprego, ia começar a trabalhar em janeiro. Não sei porque isso aconteceu, ele nunca foi de vir pra cá. Só sei que ele tinha acabado de se separar”, disse a irmã da vítima. (D24am)
- 11) “Ele era uma pessoa que tinha uma vida normal, tinha família, três filhos, a gente não tinha preocupação”, disse um parente de Maxwuel, que não quis se identificar. (G1 Espírito Santo)

O uso de drogas é, assim, inserido em contextos de vulnerabilidade e os discursos são marcados por emoções e *sentimentos* que indicam, principalmente, formas de *sofrimento* (e.g., *insegurança, tristeza, medo, dor, ansiedade, desespero e depressão*). A dimensão afetiva relacionada às trajetórias de consumo é frequentemente expressa por pessoas próximas dos indivíduos (e.g., *família, mãe, pai, irmão, tio, avô e amigo*). Esses enunciados constroem o fenômeno do uso

de drogas como um problema psicológico e individual, mas cujas consequências afetivas são observadas nas relações interpessoais do usuário, principalmente pelo sofrimento causado pela morte do indivíduo cuja história é narrada. Nesses casos, os enunciados da Classe 2 mantêm uma relação de complementariedade com aqueles da Classe 4, cujo conteúdo reúne, sobretudo, relatos de crimes violentos. Se os enunciados daquela classe apresentam possibilidades de justificação das mortes relatadas, os segmentos da Classe 2 oferecem discursos de aproximação e sensibilização com a história de vida das vítimas. Ainda assim, essas matérias tendem a adotar uma narrativa policlesca, em que as mortes são vistas como consequência natural do “envolvimento” do usuário com as drogas.

Além de segmentos de texto que tematizam as relações próximas dos indivíduos, a Classe 2 reúne relatos daqueles que reagem à presença de usuários no *espaço público*. Esses enunciados revelam a construção do grupo como figura de alteridade que oferece riscos à segurança dos moradores da região. Nesses discursos, é evidente a influência de um ideal higienista, que percebe a presença de pessoas em situação de vulnerabilidade nas *ruas, praças, prédios e terrenos abandonados* como um desafio para as *prefeituras*, que são constantemente convocadas a *limpar o lixo* e a *sujeira* desses locais, *revitalizar* os espaços e, eventualmente, *retirar os viciados, marginais, vagabundos, vândalos, drogados e desajustados* do local. O problema do consumo de drogas é, então, recolocado em uma dimensão coletiva, que envolve a gestão dos espaços urbanos e seus riscos. Nesse contexto, os usuários de drogas são construídos como criminosos em potencial e não há, exatamente, uma diferenciação entre os campos temáticos do consumo e do tráfico:

- 12) “A gente fica muito vulnerável com essa Cracolândia, com essa movimentação de pessoas suspeitas. A gente fica preocupado, assim que eu comecei a vir para cá, as pessoas me falaram para eu não vim com cordão de ouro, aliança, porque as pessoas passam puxando”, disse. (G1 Rio de Janeiro)
- 13) “Não dá mais para andar com celular aqui porque os ladrões ficam de olho”, disse. Segundo ele, a situação piora à noite, quando usuários de drogas se unem no prédio do aquário. (Tribuna Paraná)
- 14) Segundo ela, muitos dos usuários aproveitam a passagem mais escondida entre as árvores para esperar um estudante distraído para furtar seus pertences. “A gente aqui mesmo não vê muita coisa ali [Palácio],

né, porque a gente fica no movimento aqui, mas ali realmente está numa situação bem ruim. (Mais Goiás)

- 15) Aquela ação do dia 21 foi um total despreparo. Olharam como se ali só houvesse usuário e traficante, e não famílias, crianças, comerciantes. Esse tempo que estou aqui me deixa um pouco descrente, porque você vê como o poder público abandona as pessoas. (O Globo)

Conforme observado, a vivência do medo é um aspecto fundamental para a compreensão desses enunciados. Mais do que uma emoção individual, o medo compartilhado indica a construção coletiva das ameaças sociais (Jodelet, 2019). Nesse contexto, as representações que equiparam usuários em situação de rua a criminosos ameaçadores desempenham funções na orientação e legitimação de práticas sociais. O último trecho citado ilustra bem a questão ao sugerir que ações truculentas da polícia nos espaços abertos de consumo seriam justificadas se lá estivessem apenas os usuários e traficantes. Em outras palavras, essas representações constroem figuras de alteridade que findam por justificar intervenções estatais baseadas na lógica de guerra às drogas, desumanizando populações que já se encontram em situação de vulnerabilidade social.

4.4 Classe 3: Políticas socioassistenciais sobre o uso de drogas

Com 5.284 segmentos de textos (15,78%), a Classe 3 tematiza as repercussões do *uso* de drogas na cena pública, construindo o fenômeno como um *problema* coletivo, que deve ser *regulado* por *programas e políticas intersetoriais desenvolvidas na saúde, assistência social, economia, direito e educação*. Importa notar que o tema possui desdobramentos em diferentes poderes e níveis de gestão, conforme indicado pelos termos *executivo, legislativo, judiciário, municipal, estadual e federal*. A autoridade política é objetivada por figuras públicas e seus cargos (por exemplo, *Doria, Haddad, Jungmann, Alckmin, presidente, legislador, governador, deputado, prefeito, superintendente e secretário*). Nessa classe, as *estratégias de intervenção* estatal se dirigem ao *uso abusivo e dependência química*, notadamente a partir de temas ligados à *prevenção, cuidado, tratamento, desintoxicação, redução de danos, internação, reabilitação e reinserção social*. Os trechos apresentados a seguir ilustram os principais temas da classe:

- 16) Ressalta que situações que envolvem usuários de drogas e moradores de rua continuam sendo uma questão de saúde pública e social, por isso apoia

acompanhas e ações da prefeitura municipal, que é quem possui a responsabilidade de planejar políticas públicas para esse público. (Folha Vitória)

- 17) A Prefeitura também encaminha as pessoas para os Centros de Atendimento Psicossocial (Caps), onde há atendimento composto por enfermeiros, psicólogos, médicos e agentes redutores de danos. O trabalho é feito em conjunto com a Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social (UGADS). (Jornal de Jundiá)
- 18) (...) ligada ao de Braços Abertos – chega ao fim no dia 31 de março e não será renovado. Segundo a Prefeitura, as bolsas serão substituídas por outras ações vinculadas ao Redenção, o programa da gestão João Doria (PSDB) voltado para o tratamento de dependentes químicos. (Estadão)
- 19) Defendo propostas e iniciativas que não sugiram repressão, mas que sejam baseadas na redução de danos, a exemplo do que a gestão (Fernando Haddad) havia começado a fazer na Prefeitura de São Paulo, com êxito em políticas sociais de emprego, moradia, alimentação e cuidados de saúde. (A Gazeta)

Os discursos produzidos pelos saberes da saúde e da medicina, em suas dimensões individuais e sociais, exercem um papel primordial nas formas de construir os fenômenos relacionados ao uso de psicoativos. Exemplo disso é o fato de a separação entre drogas lícitas e ilícitas ter sido legitimada por argumentos ligados à periculosidade sanitária de algumas substâncias e a defesa da saúde pública (Zaccone, 2011). Se no contexto proibicionista o campo das drogas é medicinalmente apreendido, ele é, ao mesmo tempo, juridicamente regulado (Bergeron, 2012). Assim, as políticas intersetoriais tematizadas nos enunciados da classe 3 evidenciam uma articulação entre saberes e práticas médico-sanitárias que servem para fundamentar ações de gestão da vida dos indivíduos e da população (Sousa, 2017).

Muitos dos segmentos de texto dessa classe fazem referência a populações em situação de rua que circulam em cenas abertas de uso de drogas nos grandes centros urbanos, como é o caso da chamada “Cracolândia”. Embora a formação desses territórios remeta a um contrafluxo tardio do processo de periferização da pobreza e não possa ser explicada apenas pelo consumo do crack (Raupp & Adorno, 2010), as matérias em que se inserem os enunciados dessa classe sugerem uma relação de causa e efeito entre o uso de drogas e a vulnerabilidade

social. A focalização que elege o *crack* como mote para desenvolver políticas socioassistenciais parece refletir discursos alarmistas que constroem o consumo dessa droga como um grave e urgente problema de saúde e de segurança pública, o que muitas vezes finda por justificar a adoção de medidas baseadas em recursos excepcionais, como é o caso da internação compulsória (Cunda & Silva, 2014). Nos enunciados dessa classe, os modelos asilares de intervenção são ilustrados pela sobrerepresentação de termos como *internação involuntária/compulsória* e *hospital psiquiátrico*. De acordo com Wurdig e Motta (2014), o modelo baseado em internações psiquiátricas é muitas vezes colocado como principal estratégia de intervenção em saúde mental no Brasil.

É preciso notar, entretanto, que a apropriação do fenômeno das drogas pelo campo da saúde não ocorre de maneira homogênea, mas contempla tensões e disputas a respeito dos princípios que regem a formulação de políticas públicas (Teixeira, Ramôa, Engstrom, & Ribeiro, 2017). Nessa direção, os enunciados da classe permitem identificar diferentes lógicas de atenção ao usuário de álcool e outras drogas, não apenas discursos pautados no modelo médico-psiquiátrico. Nessa direção, a classe 3 também reúne segmentos de texto que tematizam políticas públicas baseadas do modelo da *Redução de Danos*, entendido como uma alternativa ao modelo moral, baseado na guerra às drogas, e ao modelo da doença, focado na dependência química (Marlatt, 1996).

Assim, os discursos encontrados na Classe 3 permitem identificar conteúdos representacionais que inserem os usuários de drogas em contextos temáticos ligados à dependência química e vulnerabilidade social. Tal como observado na classe 2, esses usuários são representados como um problema de gestão dos espaços públicos. Entretanto, se naquela classe os relatos explicitavam estereótipos ligados à criminalização, nesta os enunciados constroem a imagem dos usuários com base em elementos de patologização. Em outras palavras, esses indivíduos são percebidos como *dependentes químicos*, *doentes* que perderam a *autonomia* e o controle do uso da substância, características frequentemente associadas a usuários de crack (Santos et al., 2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse capítulo foi explorar a relação entre a construção social do campo das drogas e a emergência de estereótipos e representações sobre usuários e traficantes. A discussão apresentada no início do capítulo foi ilustrada pelos resultados preliminares de uma pesquisa que buscou analisar os conteúdos publicados em matérias de jornal sobre as categorias sociais abordadas. Os

resultados permitem identificar a relação entre determinadas dimensões temáticas e a construção de estereótipos e representações sobre usuários e traficantes a partir da organização do material em quatro classes lexicais.

A Classe 1 foi a única que se relacionou especificamente com a categoria dos traficantes de drogas. Ela tematizou operações policiais de repressão ao tráfico em periferias, comunidades e favelas, onde os traficantes foram objetivados como membros perigosos de organizações criminosas. A Classe 4 tematizou a ocorrência de crimes violentos, notadamente homicídios e agressões, em que as vítimas eram categorizadas como usuários de drogas. Nessa classe, é possível identificar conteúdos representacionais que naturalizam a relação entre o consumo de drogas e a exposição à violência. Ao seu turno, a Classe 3 reuniu enunciados que inserem o uso e o usuário de drogas em políticas públicas, principalmente no âmbito da saúde e assistência social. Nessa classe, há uma focalização sobre consumidores em situação de vulnerabilidade social decorrente da dependência química. Por fim, a Classe 2 reuniu enunciados que tematizam relatos e experiências subjetivas de pessoas envolvidas com os eventos narrados, como “viciados”, familiares e moradores. Além disso, a classe também trata da presença de usuários de drogas no espaço público e estabelecem uma relação entre dependência química e periculosidade criminal. Assim, as Classes 2 e 3 constroem o consumo de drogas como um problema de gestão da população, dos espaços urbanos e que exige respostas do poder estatal.

Em consonância com os resultados de outros estudos (Oliveira et al., 2015; Romanini & Roso, 2013; Sousa et al., no prelo; Vianna & Neves, 2011), observa-se que as representações difundidas na mídia sobre os usuários e traficantes possuem conteúdos marcados por processos de exclusão social. Pertencas raciais e de classe são frequentemente evocadas para naturalizar associações entre drogas, pobreza, criminalidade e violência. Embora isso não ocorra sempre de maneira explícita, o fato de localizar o tráfico de drogas em territórios marginalizados (por exemplo, morros, favelas, periferias e comunidades) contribui para reforçar estereótipos de criminalização da juventude negra. Com base nesses estereótipos, pobres, negros, moradores de bairros periféricos e pessoas em situação de rua são constantemente colocados em condição de suspeita, quando não, transformados em inimigos públicos. A partir do momento em que a droga e determinados grupos passam a ser responsabilizados pelos problemas sociais do país, o aparato coercitivo do Estado torna-se não apenas legitimado, mas convocado a intensificar suas estratégias de controle social. Se as comunicações analisadas refletem premissas proibicionistas, é interessante notar que os danos

e efeitos adversos de uma política baseada na guerra às drogas são muitas vezes interpretados como evidência da sua necessidade (cf. Fiore, 2012).

Por fim, deve-se lembrar que os meios de comunicação de massa estabelecem uma relação orgânica com a sociedade: ao mesmo tempo em que aquilo que é produzido e difundido possui origem nas dinâmicas grupais e ideológicas de determinado contexto, sabe-se que os discursos midiáticos também são capazes de promover interações comunicativas e práticas sociais (Camargo & Bousfield, 2011; Morigi, 2004; Simoneau & Oliveira, 2014). Isso significa que as representações difundidas nesses meios de comunicação refletem princípios normativos que já fazem parte da cultura e que desempenham funções na relação com os outros. Nesse contexto, o discurso proibicionista e antidrogas assume um caráter hegemônico no pensamento social e constrói “usuários” e “traficantes” de drogas como categorias de alteridade, contribuindo para naturalizar processos de violência, exclusão e vulnerabilidade social. No limite, quando utilizadas em situações comunicativas concretas, essas categorias permitem relativizar o valor da vida do indivíduo rotulado e naturalizar a sua morte. Trata-se de um processo sociossimbólico que radicaliza a cisão entre um *nós*, membros da sociedade normalizada, detentores de direitos fundamentais, e um *eles*, os marginais, desviantes, criminosos, vândalos, viciados, bandidos e desajustados, cujas vidas importam tão pouco a ponto de terem suas mortes comemoradas.